



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

**PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL SOBRE
A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021**

O presente parecer, elaborado em cumprimento ao art. 15, par. 6º do Decreto n. 3.591, de 6 de setembro de 2000, regulamentado pelos arts. 15 a 17 da Instrução Normativa (IN) n. 5, de 27 de agosto de 2021, da Secretaria Federal de Controle Interno, se destina a expressar a opinião geral da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), com base nos trabalhos de auditoria individuais previstos e executados no âmbito do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela entidade para fornecer segurança razoável quanto à aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria, à conformidade legal dos atos administrativos, ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras e ao atingimento dos objetivos operacionais.

Para atingir essa finalidade, a opinião aqui emitida fundamentar-se-á nos trabalhos de auditoria realizados no exercício de 2021 e, eventualmente, em informações obtidas mediante o monitoramento de recomendações expedidas pela UAIG em exercícios anteriores.

I – Da aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria

Os regulamentos que regem a prestação de contas do IFSul são a IN n. 84, de 22 de abril de 2020, e a Decisão Normativa (DN) n. 187, de 9 de setembro de 2020, ambas do Tribunal de Contas da União (TCU).

O exame das informações disponibilizadas na seção *Transparência e prestação de contas* (<http://www.ifsul.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>),¹ no sítio eletrônico do

¹ Acesso em 12 maio 2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

IFSul, permite afirmar que a prestação de contas disponibilizada pela instituição está em conformidade com os arts. 8º e 9º da IN n. 84/2020. Não obstante, faz-se ressalva à existência de informações desatualizadas na aba *Remuneração de servidores*, conforme já indicado no Relatório de Auditoria n. 006/2021, constatação 3.5.

O Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021 integra o conjunto de informações e contempla as exigências da DN n. 187/2020, especialmente os arts. 8º e 9º e Anexo II. Foi aprovado em 28/04/2022, pela Resolução n. 124/2022, do Conselho Superior, e publicado tempestivamente, considerando o pedido de prorrogação de prazo formulado no Ofício n. 029/2022/GAB-IFSul, do Senhor Reitor, e deferido pelo Ofício 0184/2022-TCU/SecexEducação.

II – Da conformidade legal dos atos administrativos e do atingimento dos objetivos operacionais

No exercício de 2021, os serviços de auditoria realizados pela UAIG tiveram como objetos: a infraestrutura de tecnologia da informação (disponibilidade de sistemas, *backup* de dados, integridade da informação, suporte à estrutura física, projetos de infraestrutura lógica) (Relatório n. 005/2021); governança institucional (Relatório n. 006/2021); transparência no relacionamento entre a instituição e a fundação de apoio (Relatório n. 007/2021); e Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes (PEIPEE) (Relatório n. 008/2021).

Esclarece-se que, no tocante à avaliação do atingimento dos objetivos operacionais, estes não puderam ser plenamente mensurados em razão da ausência de indicadores estabelecidos para essa finalidade. Isto se explica a partir da metodologia adotada pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, segundo a qual consolida-se, inicialmente, o mapa estratégico, para, após, estabelecer os indicadores para a mensuração do alcance dos objetivos, as metas e as iniciativas estratégicas, processo ainda não concluído na instituição.

1. No serviço de auditoria que teve como objeto a infraestrutura de tecnologia da informação, adotou-se as seguintes normas de referência: ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

ABNT NBR ISO/IEC 27002:2007; ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013; Manual de Boas Práticas em Segurança da Informação TCU: 2004; Política de Segurança da Informação – IFSul Versão: 1.07 – dez/2012; Plano Diretor de Tecnologia da Informação (2018 – 2020) do IFSul; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSul; Estatuto do IFSul; e Regimento Geral do IFSul.

Por meio da avaliação de conformidade, avaliou-se a aderência da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) aos regulamentos e manuais de orientação referentes às boas práticas em segurança da informação vigentes. Evidenciou-se fragilidades por meio das constatações exaradas no Relatório n. 005/2021, as quais demonstram a necessidade de observância, por parte da referida Diretoria, das normas pertinentes, uma vez que a área de tecnologia da informação possui caráter estratégico para a gestão do IFSul.

Diante disso, tem-se a necessidade de atuação efetiva da DTI sobre as questões referentes à Política de Segurança da Informação, ao Plano de Continuidade de Negócios, políticas de *backup* e cópias de segurança, recomposição e adequação do quadro permanente de servidores dessa unidade sistêmica, de modo que atenda ao IFSul em sua totalidade, uma vez que toda a informação institucional está armazenada e concentrada nos servidores de dados da Reitoria.

No tocante ao atingimento dos objetivos operacionais em matéria de infraestrutura de tecnologia da informação, em face do PDI, evidenciou-se, ao longo do trabalho, fragilidades em relação à integridade e à segurança das informações, decorrentes da insuficiência de aderência aos normativos relacionados ao tema, às quais se referem, em síntese, as seguintes constatações: ausência de plano de continuidade de negócio formalmente instituído; ausência de uma política de *backup* ou de cópias de segurança formalmente instituída; ausência de redundância das cópias de segurança em local remoto; Política de Segurança da Informação do IFSul (versão 1.07 – dez/2012) desatualizada; ausência de inventário de ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações); ausência de planejamento para a gestão de incidentes de segurança da informação; ausência de gestão de riscos sobre o processo de gestão da segurança da informação; equipe insuficiente para o adequado suporte à infraestrutura de tecnologia da informação; e ausência de documentos que estabeleçam os papéis e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

responsabilidades pela segurança da informação de servidores, fornecedores e terceiros, de acordo com a Política de Segurança da Informação.

2. No serviço de auditoria que avaliou o grau de maturidade da governança institucional, tomou-se como referência o Decreto n. 9.203/2017 e a IN Conjunta n. 01/2016, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), a qual dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.

Em decorrência dessa legislação, foram editados alguns atos normativos no IFSul. Primeiramente, a Política de Gestão de Riscos, aprovada em 11 de dezembro de 2018, por intermédio da Resolução n. 132/2018 do Conselho Superior (CONSUP), e, após, a IN n. 01/2019, do Comitê de Governança, Riscos e Controles, a qual estabeleceu diretrizes para a implementação da referida Política do IFSul, instituindo, inclusive, o Núcleo de Governança, Riscos e Controles, instância interna ao Comitê, para apoio à governança do IFSul.

Ademais, cabe referência à estrutura de governança do IFSul, constituída por diversos agentes que compõem a instância interna de apoio à governança (Unidade de Auditoria Interna Governamental, Comissão de Ética, Comitê de Governança, Riscos e Controles, Núcleo de Governança, Riscos e Controles, Núcleo de Apoio à Correição, Unidade de Gestão da Integridade, Ouvidoria, entre outros), cada um com competências distintas, estabelecidas em regimentos, regulamentos, resoluções, instruções normativas ou em portarias; ao Plano de Integridade, aprovado por intermédio da Portaria n. 3.199/2018, contendo as principais informações sobre as estruturas de gestão da integridade existentes no IFSul e os riscos relacionados à integridade, bem como um plano de ação para tratamento desses riscos; e à designação de autoridade de monitoramento, para assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei n. 12.527/2011.

Dentre os objetivos estratégicos do IFSul para o período de 2020 a 2024, conforme o PDI, na perspectiva dos processos internos, está previsto o fortalecimento da governança institucional. Apesar disso, consoante registros no Relatório de Auditoria n. 006/2021, identificou-se os seguintes achados: ausência de monitoramento e avaliação semestral da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

execução do Plano de Tratamento de Riscos, constante do Plano de Integridade do IFSul; ausência de formalização de análise e de gerenciamento metodológico de riscos inerentes à avaliação de dimensionamento de pessoal no IFSul, a fim de verificar se o quadro de servidores está em quantidade e com a qualificação adequadas à missão institucional; e fragilidade na transparência e no atendimento ao art. 8º, par. 3º, inciso VI da Lei n. 12.527/2011, em decorrência de informações desatualizadas, publicadas na seção específica *Transparência e prestação de contas*, no sítio eletrônico do IFSul. Ademais, o IFSul ainda está em um nível incipiente de maturidade quanto à governança institucional, de modo que há necessidade de maior apropriação dos gestores sobre os mecanismos de liderança, estratégia e controle, no intuito de implementar práticas de governança pública no IFSul.

3. No serviço de auditoria que teve como objeto a transparência na relação do IFSul com a Fundação Ennio de Jesus Pinheiro Amaral de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (FAIFSul), tomou-se como referência as seguintes normas: Lei n. 8.958/1994 e seu regulamento (Decreto n. 7.423/2010); Lei n. 12.527/2011 e seu regulamento (Decreto n. 7.724/2012); Acórdão n. 1.178/2018-TCU-Plenário; Resolução n. 13/2015, do CONSUP (Regulamento sobre a relação do IFSul com a FAIFSul); Estatuto do IFSul; e Regimento Geral do IFSul.

Inicialmente, ao verificar as atribuições e as competências no Estatuto e no Regimento Geral do IFSul, não foi encontrado órgão encarregado de realizar atividades relacionadas às questões de publicidade e de transparência de forma centralizada, necessárias ao atendimento da legislação aplicada ao tema, bem como as determinações expedidas pelo TCU. Por essa razão, elegeu-se como unidade auditada a autoridade de monitoramento estabelecida no art. 40 da Lei n. 12.527/2011, que é, de fato, exercida pela Vice-reitoria, nos termos da Portaria de Pessoal n. 1.399, de 23 de julho de 2021.

Por meio da avaliação de conformidade, buscou-se verificar a adequada aderência da autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação aos normativos e legislação relacionados à matéria. Registra-se que a Vice-reitora detém essa autoridade e que não há, no âmbito do IFSul, responsável por organizar e divulgar as informações relativas a essa relação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

Dessa forma, conforme se encontra consignado no Relatório de Auditoria n. 007/2021, verifica-se a necessidade da atuação efetiva da gestão no sentido de promover ajustes nas competências regimentais e/ou de outras normas que atribuam responsabilidades nas questões de transparência na relação do IFSul com sua fundação de apoio; promover o registro centralizado de projetos apoiados, em sistema informatizado, de acesso público na internet, que permita o acompanhamento concomitante da tramitação interna e da execução físico-financeira de cada projeto; promover a disponibilização de informações na forma de uma relação, lista ou planilha que contemplem a totalidade dos elementos (projetos, agentes, convênios/contratos, despesas, seleções públicas), geridos pela FAIFSul; promover a possibilidade de gravação de relatórios que contenham informações de sua relação com a FAIFSul, em diversos formatos eletrônicos; promover e providenciar a atualização, com completude e organização, das informações existentes no sítio eletrônico do IFSul, relacionadas às regras e às condições que tratam da relação entre o IFSul e FAIFSul; promover a atualização, com completude e organização, das informações existentes no sítio eletrônico do IFSul, relacionadas à seleção para concessão de bolsas, abrangendo seus editais, resultados e valores a serem pagos pela FAIFSul; promover e providenciar a atualização, com completude e organização, das informações existentes no sítio eletrônico do IFSul, relacionadas aos agentes participantes dos projetos executados pela FAIFSul; promover o reporte, ao Senhor Reitor, da necessidade de avaliação de desempenho da FAIFSul, por meio da utilização de metas, indicadores de resultado e impacto no seu desempenho, dando ampla divulgação em seu sítio institucional; e, por fim, promover a publicidade de informações relacionadas à fiscalização em sua fundação de apoio por órgãos de controle externo e interno, bem como do Ministério Público.

4. No serviço de auditoria sobre a implantação do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul (PEIPEE), o objetivo geral foi o de avaliar a conformidade dos procedimentos e a adequação e suficiência dos controles internos administrativos, bem como da identificação e avaliação dos riscos quanto a sua implantação. Tomou-se como critérios o Acórdão n. 506/2013 do TCU, que recomendou à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação que instituísse, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

Profissional, juntamente com o Ofício Circular n. 60/2015 daquela Secretaria, que recomendou expressamente a estruturação de planos estratégicos institucionais para a permanência e êxito dos estudantes das unidades educacionais integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, com foco no combate sistêmico à evasão e retenção, compreendidos como índices de fracasso institucional.

Por conseguinte, em atendimento aos referenciais regulatórios, o IFSul instituiu o PEIPEE, aprovado em 28 de março de 2018 (Resolução n. 015/2018 do CONSUP), o que denota a conformidade aos atos normativos superiores.

Em relação aos objetivos operacionais, verificou-se que o PEIPEE contém a previsão de sua própria revisão ao término da vigência do PDI 2017-2019; no entanto, constatou-se inexistência de um Plano revisado, atualizado, aprovado e publicado no portal eletrônico do IFSul, em consonância com o atual PDI (2020 a 2024). Além disso, constatou-se, relativamente à execução do PEIPEE, em âmbito institucional, a insuficiência de gerenciamento metodológico de riscos inerentes ao processo de acesso, permanência e êxito do IFSul e a insuficiência de monitoramento sistêmico permanente das ações, por parte da Pró-reitoria de Ensino, no exercício de seu dever de supervisão, com base em relatórios parciais de cada câmpus do IFSul.

III – Do processo de elaboração das informações contábeis e financeiras

Os trabalhos de auditoria realizados no exercício de 2021 não abordaram o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras, razão pela qual não será emitida opinião sobre esse aspecto. A UAIG não conta com servidor detentor de conhecimento técnico e habilitação profissional que possa examinar esse processo e emitir opinião com razoável segurança.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

IV – Conclusão

Diante do exposto, considera-se cumprida a atribuição conferida pelo art. 15, par. 6º do Decreto n. 3.591, de 6 de setembro de 2000, regulamentado pelos arts. 15 a 17 da IN n. 5, de 27 de agosto de 2021, da Secretaria Federal de Controle Interno.

LAERTE RADTKE KARNOPP,
Auditor-Geral